

Reforma Urbana: Civilização e Progresso

André Nunes de Azevedo

Parte significativa da produção historiográfica sobre as reformas do Rio de Janeiro (1903-1906) tendeu a considerar o redimensionamento urbano da cidade como um bloco monolítico, onde um projeto de dominação dos setores marginalizados da sociedade encontrou sua expressão¹. Os empreendimentos de homens como Pereira Passos foram estigmatizados como ações de fito primordialmente político, objetivando a expulsão da população de baixa renda do centro do Rio de Janeiro, local onde intencionariam construir uma réplica da *Belle Époque* francesa.

Sem dúvida, a reforma removeu boa parte da população miserável e indigente do centro da urbe e inspirou-se em modelos europeus para criar uma nova ambiência na cidade reformada. No entanto, as prioridades políticas, morais e estéticas presentes na reforma não se reduzem a estes objetivos e, mais ainda, sequer podem ser tratadas como um conjunto uno²; uma vez que diferentes projetos de afirmação de imaginário² nela se faziam presentes. Estes projetos guardavam forte relação com o conceito de progresso que os atores fundamentais das reformas³ adotaram ao longo de suas carreiras acadêmica e pública.

O que discutirei neste artigo são os diferentes conceitos de progresso presentes nas reformas urbanas do Rio de Janeiro da primeira década do século XX. Levantamos como hipótese que tais conceitos guardavam íntima relação com as metáforas políticas⁴ que os dois regimes de governo presentes na história do Brasil, Monarquia e República, ostentavam.

A idéia de progresso pode ser considerada como a idéia mais característica da modernidade. Ganhando força com a revolução francesa e a revolução industrial inglesa, ela apresenta um núcleo comum em todo continente europeu, não obstante cada um de seus países possuam peculiaridades que lhe conferem contornos diversos. A Península Ibérica do séculos XVIII e XIX - região da Europa que disseminou sua cultura pelo Brasil - não

comportou, diferentemente dos demais países da Europa Ocidental, um processo de industrialização, sendo ainda pouco receptiva com as propostas culturais que o iluminismo radicalizava em várias sociedades européias⁵. Enquanto parte significativa da Europa católica romana e protestante começava a se industrializar e a se convulsionar politicamente ainda na primeira metade do século XIX, Portugal e Espanha seguiam determinados em sua opção cosmogônica⁶. Ainda, os países ibéricos mantinham sua tradição católica contra-reformista, que condenava a usura e incentivava a atitude missionária com o intuito de "conquistar almas" para a civilização cristã.

O Brasil oitocentista, profundamente marcado em sua história política pela presença de uma Casa Real Ibérica no início deste século, será tributário, em suas monarquias, do espírito cristão-civilizador que lhe foi legado pela cultura política da sua antiga Metrópole. Com efeito, a idéia de progresso existente no Brasil monárquico foi da mesma estirpe de seu progenitor europeu, ou seja, a idéia de progresso enquanto evolução histórica de uma civilização, de uma moral e ética de vida, definida pelos limites de uma cultura política e religiosa.

Além do peso da tradição das Casas Reais Ibéricas, a história da educação brasileira, depositada em sua maior parte nas mãos de tutores portugueses e dos jesuítas, foi profundamente marcada pelo ensino das humanidades - latim, literatura, metafísica, história, língua portuguesa, etc. Tal formação, não obstante o empenho de Pombal em apoiar os padres oratorianos - professores de ciências exatas, desprezou a formação mecânica e científica, estigmatizando-a durante séculos como indigna para "homens de bem". Além deste traço característico da educação jesuítica, outro elemento marcaria fortemente sua pedagogia: a visão de mundo holista, tipicamente ibérica, que encerrava qualquer projeto individual nos limites do todo orgânico de uma causa maior que deveria reger constantemente a consciência dos homens. Tendo marcado fortemente a tradição educacional brasileira, a orientação educacional legada pela Cia. de Jesus colaborou para que o Império brasileiro e o seu intuito civilizador encontrassem comunidade de sentido⁷ que os acolhesse em nossa sociedade.

A tradição civilizadora das monarquias brasileiras teve início com D. João VI. Por força deste intuito, o Rio de Janeiro redimensionou sua territorialidade⁸. Novas instituições surgiam na urbe apontando para o novo ethos civilizador que então começava a balizar a vida dos habitantes da cidade-corte. Com total clareza de estar encetando um projeto civilizador, D. João VI manda construir a Real Academia Militar (instituição de papel decisivo no ensino da engenharia no Brasil), a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico, a Imprensa Régia, a escola de ciências, artes e ofícios (transformada em 1820 em Real Academia de pintura, escultura e arquitetura civil e em academia de artes em 1826), a escola de medicina do Rio de Janeiro, etc.

No entanto, o intuito civilizador da corte não continha em si - pelo próprio nível de desenvolvimento econômico de Portugal à época - a dimensão do progresso técnico, elemento tão característico dos países de capitalismo em desenvolvimento. Por isso, nos afirma Maria José Werebe:

*"Os cursos superiores inaugurados por D. João VI, deram origem a importantes instituições universitárias brasileiras que conservaram o caráter profissional e, nesta qualidade, destacaram-se no cenário educacional do país. Evidentemente, a pesquisa científica foi totalmente negligenciada(...) Aos olhos do monarca português, o ensino não especificamente especializado parecia perigoso, porque poderia alargar os horizontes dos jovens estudantes e futuros profissionais"*⁹

Na perspectiva de promover a civilização nos trópicos, o monarca português traz a missão artística francesa para promover as artes plásticas, cria na cidade a figura do compositor da corte para deleite dos amantes da música erudita, inaugura teatros para a fruição estética dos súditos, cria o passeio público, desfrute da natureza racionalizada, entre outros fomentos que marcam o início de uma tradição de civilização. No entanto, um dos fatores mais importantes para a promoção deste ideal foi a

vinda de eruditos diplomados pela Universidade renovada de Coimbra, que para cá trariam o espírito civilizador do liberalismo moderado português. Entre estes nomes destaca-se o de José Bonifácio, homem público dos mais comprometidos com a consolidação deste ideal no Brasil. Foi exatamente esta geração de coimbrãos que, com suas "luzes mitigadas"¹⁰, construíram o edifício superestrutural brasileiro na primeira metade do século XIX. Sobre esta elite intelectual presente no Brasil desta época nos afirma Maria José Werebe:

"Esta elite intelectual, formada em centros europeus, principalmente em Coimbra, em contato com as idéias liberais que circulavam nestes centros, influenciados pela independência dos Estados Unidos e pela revolução francesa, voltavam para o Brasil com disposições de trabalhar pela libertação nacional. Distanciada, porém, do povo, vinculadas aos interesses da classe a que pertenciam, não tinha condições de promover movimentos libertários de grande alcance, com apoio e repercussão populares".¹¹

A proclamação da independência e o reinado de D. Pedro I buscariam continuar o mesmo intuito de D. João VI. Guiado por um grupo de coimbrãos, o imperador faz constar na constituição de 1823 as seguintes orientações no campo da educação:

- A criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos.

- A criação de escolas para meninas, nas cidades e vilas mais populosas.

- A garantia da instrução primária gratuita para todos os cidadãos.¹²

Por falta de recursos de um novo Estado, que carregava o peso de um tesouro arrasado por Portugal, estes dispositivos constitucionais não foram cumpridos. No entanto, são indicativos

do direcionamento civilizador que pretendia assumir a monarquia brasileira.

Após o reinado de D. Pedro I, o vazio de hegemonia política tomava conta do país. Várias revoltas pululavam no contexto regencial até o governo pacificador de Araújo Lima, que inicia um pacto provisório entre segmentos das classes de proprietários. Neste pacto, a gestão de Araújo Lima procura criar instituições de consenso que promovam a unidade e o sentimento de nacionalidade e civilização entre os brasileiros. Entre elas podemos citar o colégio Pedro II e o IHGB. O primeiro fora peça fundamental na disseminação do saber civilizado entre os cidadãos brasileiros. Seu currículo era tributário da tradição jesuíta de humanidades, constando dele: literatura clássica, literatura francesa, metafísica, retórica, latim, história, religião e outras cadeiras de humanidades que se sobrepunham às matemáticas e ciências naturais¹². O colégio teve importante função ao longo do império, formando uma elite erudita, porém pouco eficiente técnica e administrativamente. Entre os professores contavam-se homens de fina erudição como: Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Gonçalves Dias, Coelho Neto, Paulo de Frontin, etc. Entre seus ex-alunos figuravam homens do quilate de: Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay, Cons^o. Antônio Prado, Ferreira Viana, Rodrigues Alves, Washington Luís, etc. O próprio imperador primava por assistir aos concursos de admissão de docentes, e por vezes, os exames dos próprios alunos.

O IHGB jogou um papel decisivo na construção do sentimento de nacionalidade brasileira. Através do romantismo histórico, vários historiadores construíram uma história que unia elementos étnicos distintos na perspectiva da construção de um Estado civilizado singular. Colaborando com o IHGB neste intuito estiveram os literatos românticos do Brasil oitocentista, como José de Alencar, que em *O Guarani* unia o elemento indígena, eleito ícone das raízes do povo brasileiro, com a menina branca Ceci, elementos que somavam para a construção da civilização brasileira. Mais tarde, Carlos Gomes retoma a mesma epopéia mítico-civilizadora, só que agora em versão operística.

Com a ascensão de D. Pedro II ao poder, um novo momento da história política da monarquia brasileira se iniciaria. Nos anos 40, uma nova ordem começaria a se constituir com a construção do edifício superestrutural brasileiro, processo que conteve em si a formação de uma classe social que ocuparia grande espaço no aparelho do Estado.

Se num primeiro momento (anos 40) o intuito maior fora promover a ordem e a unidade interna, ameaçadas com as conturbações políticas no período regencial, num segundo momento (após 1848), a intenção primordial era, concomitantemente à manutenção da ordem, civilizar conciliando os interesses dos cidadãos ativos brasileiros. Não sem motivo data do início desta época, 1853, o livro "ponte de ouro" do conselheiro Nabuco de Araújo, que propunha a articulação dos interesses do Estado com os dos cidadãos de cabedal. Sobre esta nova fase onde o ideal civilizador é prioridade no contexto da manutenção da ordem, nos afirma Ilmar de Mattos:

"E neste campo sua ação era norteada por dois grandes referenciais(...) Esses referenciais eram a manutenção da ordem e a difusão de uma civilização(...)"¹³

e:

"À medida que os Saquaremas foram consolidando suas posições no interior do mundo do governo, unindo a seus propósitos mesmo aqueles homens livres não proprietários, o tema da ordem passou a ser secundário, sendo suplantado pelo da necessidade difusão de uma civilização".¹⁴

O Estado monárquico brasileiro assumiu desde seus primórdios a incumbência de ser a consciência moral da sociedade, a civitas que dava o norte dos procedimentos a serem esquecidos ou adotados por esta. O mundo da corte seria o paradigma que daria o padrão de civilização a ser vivenciado pelos brasilei-

ros. Mais uma vez recorremos a Ilmar de Mattos, historiador que compreendeu bem este momento:

"E se o fizesse mencionaria, certamente, as comédias de Martins Pena, pois contrastando com a sisudez do poder forte e centralizado o riso se constituiu muitas vezes na maneira de a casa olhar para si mesma, comparando o modo de agir, pensar e sentir da "roça" com aquele prevalecente na "corte", até o ponto de internalizar os padrões e normas considerados civilizados e que pareciam ter na corte o seu ponto de irradiação".¹⁵

No entanto, o conceito de civilização se ampliara. O Brasil politicamente consolidado da segunda metade do oitocentos estava atento aos rumos que tomava a civilização do velho mundo. O avanço da tecnologia no mundo industrial era a tônica do desenvolvimento europeu. Como observamos anteriormente, a Europa deste período passava por uma série de reformas urbanas e por um verdadeiro redimensionamento tecnológico-industrial. Obviamente, tendo em vista que o antigo continente sempre fora o paradigma de civilização recomendado pela monarquia brasileira, as modificações em curso nos seus principais países teriam algum impacto sobre a sociedade monárquica do Brasil.

O conceito de civilização se alargava então na sociedade brasileira, incorporando assim a dimensão do progresso técnico. Civilizar, agora, era também apostar no avanço técnico da sociedade.

Não é sem motivo que em 1858, por insistência do Gal. eng. Bellegarde e do Duque de Caxias, modificou-se o nome da Academia Real Militar, fundada por D. João VI, para Escola Central.

"Essa idéia [a idéia de modificar o caráter da escola defendida por Caxias e Bellegarde desde 1856] foi afinal aceita e confirmada pelo decreto 2116, de 1º de Março de 1858, que dando nova organização às escolas militares, determinou que a escola militar da corte passasse a se denominar "Escola Central", destinada ao ensino das matemáticas e ciências físicas e naturais e também das doutrinas próprias da engenharia civil. O ensino militar ficou com a Escola de aplicação do exercito na praia Vermelha e com a Escola Militar do Rio Grande do Sul. No prédio do Largo de São Francisco passaram a funcionar a Escola Central e a Escola do Estado Maior do Exército."¹⁶

O nome da nova escola, como não poderia deixar de ser, seguia o modelo europeu. Como nos diz Pedro Telles:

"O nome de Escola Central foi evidentemente influenciado pela École Centrale de des Artes et Manufactures, criada em Paris em 1828, com o curso em três anos para formar engenheiros civis e dirigentes industriais"¹⁷

Para além de uma mera alteração nominal, a mudança encetava uma reforma administrativa na escola que visava a separar o ensino civil do militar, atitude que expressava a necessidade percebida pela sociedade brasileira de realçar o ensino técnico no contexto nacional. Mesmo assim, a escola Central continuou sendo um estabelecimento militar filiado ao ministério da guerra. Sobre a importância desta reforma assim se pronunciou, em seu relatório de 1858, o então ministro da guerra Jerônimo Francisco Coelho:

"A distinção da engenharia civil da engenharia militar, em cursos diversos, desfez o grave inconveniente que resultou da acumulação dessas duas espécies em um só indivíduo, que de ordinário era militar, e que por esse modo ficava sendo engenheiro enciclopédico, mal podendo habilitar-se com perfeição nas doutrinas, aliás vastas, difíceis e variadas, destes ramos da ciência do engenheiro, tão distintos e de tão diversas aplicações."¹⁸

O progresso técnico passava então a obter o seu lugar, no entanto, ainda que sem autonomia, sem poder ser percebido, desvinculado do ideal civilizador cuja monarquia brasileira se propunha como arauto.

Em virtude do seu incipiente nível de desenvolvimento e especialização, a técnica não se separava também da erudição, sendo percebida como parte integrante, ainda que especial para os engenheiros, da cultura geral do homem civilizado. Esta realidade pode ser percebida em uma das narrativas de Pedro Telles sobre a história da engenharia no Brasil:

"Quem hoje analisar esses programas não pode deixar de se impressionar com a extensão e diversidade das matérias incluídas nas cadeiras principais dos 2 últimos anos, sobretudo no programa de 1863, que era uma consequência do pequeno número de cadeiras, e que exigia professores com conhecimentos enciclopédicos."¹⁹

É interessante também notar que o latim, disciplina icônica do mundo da erudição e das humanidades, era a disciplina do teste de admissão que definia quem ocuparia os primeiros lugares - posição de destaque - na sala de aula. No entanto, o ato mais significativo que ilustra no plano semântico esta relação de subordinação do progresso para com a civilização foi em 1872, ocasião da comemoração do cinquentenário da independência, a inauguração da estátua do seu patrono José Bonifácio, no Lar-

go de São Francisco, em frente à Escola Central. É interessante notar o projeto imaginário presente nesta medida.

A escolha do personagem a ser configurado em estátua, José Bonifácio, representa, pela sua trajetória como homem público, o ideal de civilização. José Bonifácio fora formado na Universidade renovada de Coimbra e estudou em Paris, vindo portanto do berço do mundo civilizado. Sua atuação como político foi ilibada, sendo uma das maiores figuras da constituição de 1823, e o maior propugnador da construção de uma sociedade nos padrões ocidentais para a nova nação. Além disto, até então tinha sido o único cidadão brasileiro a sistematizar pensamento sobre as necessidades e condições da instauração da civilização no país.

O representâmem da civilização - a estátua de J. Bonifácio - fora colocada de frente à Escola Central, como já vimos, ícone institucional maior do progresso técnico no Brasil. A civilização mirava como que guiando, orientando o progresso técnico, iluminando seus rumos posto que, sem as luzes da civilização, este perderia o sentido, fugiria de seu fito maior, civilizar conduzindo o Brasil à modernidade em que se encontrava o continente europeu. Assim, comemorava-se a independência do Brasil (as comemorações oficiais com D. Pedro II foram, inclusive, realizadas dentro da Escola Central) acreditando-se que o progresso técnico seria um elemento privilegiado na condução do Brasil aos rumos da civilização.

Em 1874, um novo fato atesta a importância que o progresso técnico vinha conquistando na sociedade brasileira. Agora, a antiga Escola Central passaria a se chamar escola politécnica, e seria totalmente desvinculada do ministério da guerra, estando por diante subordinada ao ministério do império, que à época tinha à testa o ministro João Alfredo. A escola ofereceria então os cursos de:

- Ciências físicas e naturais.
- Ciências físicas e matemáticas.
- Engenheiros geógrafos.

- Engenheiros civis.
- Engenheiros de minas.
- Artes e manufaturas.²⁰

Entretanto, o ideal de promoção do progresso técnico continuava subsumido ao ideal civilizador característico da monarquia brasileira. Dentro desta perspectiva, o cidadão convidado para ser o primeiro diretor da nova escola foi o então Barão de Rio Branco, homem de formação na área de exatas, porém de grande erudição, além de ser fortemente imbuído do ideal civilizador do império. Aliás, Rio Branco logo tratou de introduzir na escola uma cadeira de humanidades na qual ele próprio lecionava: a de economia política e direito administrativo.

A biblioteca da escola possuía 7.000 volumes, entre eles algumas raridades da história do pensamento científico, que atestam o espírito de continuidade do império para com a civilização Ocidental. Entre eles:

- Vitruvius (arquiteto romano do século I A.C.) - Dell'Architettura (em italiano) Veneza, 1629.
- René Descartes - La Géométrie. Paris, 1664.
- Isaac Newton - Philosophiae Naturalis Principia Mathematica. Genebra, 1739.
- Antoine Laurent de Lavoisier - Traité Elementaire de Chimie. Paris, 1789.
- Jean Lerrond D'Alembert. Trayté de Dynamique. Paris, 1796.²¹

A idéia de progresso técnico da monarquia não se manifestava apenas na sua escola de engenharia. Outros empreendimentos imperiais nos dizem muito sobre a relação íntima entre civilização e progresso. Um deles são as exposições da indústria e inventiva nacional. Seguindo as exposições universais dos países europeus (= civilizados), o império brasileiro promoveu ao longo do oitocentos uma série de eventos preparatórios às exposições do velho continente. Estes autênticos festivais do progres-

so técnico procuravam educar o povo brasileiro para as novidades da tecnologia, afigurando-se portanto em verdadeira pedagogia do progresso. Ao mesmo tempo, intentavam provar para o restante do mundo que o Brasil também se enquadrava no novo conceito de civilização proposto pelos países europeus.

"(...) a cidade do Rio de Janeiro abriga e promove, a partir de 1861, as exposições nacionais, entendidas como verdadeiras sínteses do progresso do país, ao mesmo tempo que se constituirão em certames de cujo resultado dependerá a participação do Brasil nas grandiosas exposições universais."²²

Além de prova do adiantamento nacional para o exterior e pedagogia do progresso para o brasileiro, as exposições apontavam para o futuro, indicando-nos que o império percebia com clareza o sentido do desenvolvimento das forças produtivas, não obstante se encontrar de mãos atadas pelos poucos recursos disponíveis e pela situação contraditória que a indústria se encontrava à época com a agricultura (base econômica do país e dos principais segmentos políticos que davam sustentação ao império).

Além das "exposições universais brasileiras", o império iniciou na segunda metade do oitocentos uma série de obras de fôto infra-estrutural com vistas ao progresso brasileiro. Empreendeu a iluminação elétrica, o telégrafo, as construções de estrutura metálica com utilização do ferro fundido, obras de modernização do porto, incrementação da indústria naval, medições cartográficas, explorações geológicas, etc. Com efeito, nenhuma destas empresas se celebrou tanto como símbolo do progresso imperial quanto as estradas de ferro.

A primeira estrada férrea foi a Mauá, em 1852, que ligava o Rio de Janeiro com a Raiz da Serra de Petrópolis, seguindo-se a ela as estradas do Recife ao Cabo, a D. Pedro II, a Cantagalo, a estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco, etc. As estradas de ferro foram talvez a principal empresa simbólica do progresso à épo-

ca. Eram o elemento marcante do imaginário do desenvolvimento técnico no Brasil. Nesta época, a Europa e os Estados Unidos construía uma série de ferrovias, ficando célebre a Atlântico-Pacífico, obra que realizava o sonho estadunidense de ligar as duas costas do continente-americano.

Além desta seqüência de empreendimentos, a monarquia brasileira tomava importante decisão ainda no 3° quartel do século XIX. Pressionado pelos flagelos das doenças tropicais, o imperador nomeia, em 1874, uma comissão para executar melhoramentos no Rio de Janeiro. Desta comissão faziam parte os eng. R. M. Jardim, Marcelino Ramos da Silva e Pereira Passos.

A reforma traduz bem o espírito de progresso da monarquia brasileira, como já dissemos, o progresso subsumido ao ideal civilizador. Ao contrário do projeto republicano de reformas da cidade, o projeto imperial não se concentra no embelezamento do Centro. Seu principal alvo de atuação é a zona Norte da urbe e o canal do Mangue, "centro de disseminação de miasmas". É interessante, por exemplo, notar que o plano de avenida da Comissão consistia numa grande via que ligaria o Centro à zona norte.

"A primeira grande Avenida ligaria o Campo da Aclamação (atual praça da República) à Raiz da Serra do Andaraí. A comissão pensou, de início, de alargar e retificar as ruas Conde D'Eu, Engenho Velho (atual Haddock Lobo) e Andaraí (Conde de Bonfim), que formavam a principal artéria de comunicação com aquele arrabalde, desistiu porque, mais uma vez, envolveria a destruição de numerosas propriedades, de elevado custo."²³

Faz-se notar que, ao contrário das reformas republicanas, a avenida projetada ligava o Centro ao setor norte da cidade em direção ao subúrbio, ou seja, a idéia de fundo era a de ligar o centro civilizacional do Rio de Janeiro com as demais regiões da cidade, favorecendo assim a ligação dos arrabaldes com o centro irradiador da civilidade urbana. Esta intencionalidade pode ser

percebida também em outra nuance do projeto, como a instalação de um grande parque na Praça da Bandeira, com prédio destinado a uma exposição permanente de máquinas e aparelhos de uso industrial e agrícola e a construção em Vila Isabel da Universidade do Rio de Janeiro, de um jardim zoológico, e de um horto botânico para o lazer e instrução dos cidadãos cariocas.

As reformas malogram pelos problemas de desapropriação, falta de recursos do Estado e falta de interesse da iniciativa privada em assumir obra de grande risco e monta.

Como pudemos observar, a idéia de progresso técnico, ainda que fortemente existente no Brasil desde a segunda metade do Século XIX, ainda não conquistara autonomia. No governo de D. Pedro II o progresso sempre foi condicionado ao ideal de civilização que, ao contrário do espírito republicano, procurava estender-se e assimilar o conjunto de cidadãos brasileiros. No entanto, atado pela própria base econômica que o gerou, o Estado Brasileiro, por mais ilustrado que fossem seus gestores, viu o ideal civilizador comprometido em face dos interesses da região de agricultura mercantil escravista, que sustentavam ideais bem menores que os inscritos no seu intuito maior de acumulação de cabedais.

Se na monarquia observamos que o progresso só ganhava sentido iluminado pelas luzes da civilização, na República a premissa se inverte. É a civilização que só ganha sentido se compreendida no caudal do progresso. No imaginário republicano, o principal requisito do ser civilizado não é mais vivenciar a ética aristocrática do mundo europeu, mas antes, conseguir conjugar o desenvolvimento técnico, infra-estrutural do país, com a manutenção de sua ordem interna. Ou seja, progresso agora passa a ser fundamentalmente desenvolvimento econômico e controle das disrupções sociais e políticas das massas. Não queremos afirmar com isso que o ideal de civilidade aristocrática das elites tenha sido negligenciado, mas que agora, sua importância se vê diminuída, posto que neste momento, o conceito de civilização não é mais legitimado apenas por um conjunto de práticas, típi-

cas das elites do oitocentos, mas na sua relação de subordinação com o conjunto de valores articulados à dimensão técnica da vida.

Nas reformas urbanas do Rio de Janeiro o conceito de progresso do Brasil do oitocentos fazia-se sentir nos projetos de Pereira Passos e Paulo de Frontin, não obstante ter que conviver com seu similar republicano, presente nos projetos de engenheiros como Lauro Müller e Francisco Bicalho. Homens como Passos e Frontin foram orientados em suas ações por um espírito civilizador adquirido nos quadros da monarquia brasileira e por um forte sentimento estético. Ambos atuaram com referências éticas e morais típicas desta monarquia, no Brasil republicano. Ironicamente, a República que se auto-proclamara paladina do progresso contra o "atraso da monarquia" reverenciou sua capital, adornada pelos conceitos do progresso monárquico.

Notas:

- 1 O livros de Jaime L. Benchimol, *Pereira Passos: um Haussmann tropical* e Maurício de Abreu. *A Evolução urbana do Rio de Janeiro*, constituem bons exemplos desta postura diante das análises da reforma urbana do Rio de Janeiro de 1903 - 1906.
- 2 O conceito de imaginário de que me utilizo é o utilizado por Lucrecia D'Aléssio Ferrara em seu livro *Ver a cidade*.
- 3 Considero como atores fundamentais das reformas de 1903 os técnicos e homens públicos que davam o direcionamento da ação de redimensionamento urbano. São exemplos de tais atores: Pereira Passos, Rodrigues Alves, Lauro Müller, etc.
- 4 Por metáfora política entendo o conjunto de significados políticos suscitados por uma idéia-chave que se apresenta como caracterizadora de um determinado sistema, regime ou ação política.
- 5 No caso da Península Ibérica, o fundamental do conceito de progresso residia no desenvolvimento moral e espiritual, ainda que este conceito não fosse excludente da dimensão técnica. Segundo R. Morse, as universidades espanholas de Alcalá e Salamanca fizeram, no início do século XVI, uma

opção pela filosofia e teologia moral tomista, desprezando portanto as correntes escotista e nominalistas que então pululavam no meio intelectual espanhol, sobretudo em Alcalá. Tais correntes colaboraram, no mundo anglo-saxônico, para o desenvolvimento de uma atitude subjetiva mais propícia ao empreendimento material.

- 6 A discussão sobre as raízes desta opção ibérica se encontram em Richard Morse. *O espelho de próspero*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- 7 O conceito de "Comunidade de sentido" é de Bronislaw Baczko. Tal conceito traduziria a rede de significados vigente em uma dada sociedade que permitiria que um determinada proposta de construção de imaginário encontrasse acolhida por conter elementos presentes em tal rede de significados.
- 8 O conceito de territorialidade de que me utilizo é o definido por Sônia Gomes Pereira no artigo "Espaço - Uma categoria nos estudos urbanos sobre o Rio de Janeiro". In: Revista Cávea. Set. 1995.
- 9 Maria José Werebe. *A educação*. In: Sérgio B. de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 6. São Paulo, Difel, 5ª Edição.
- 10 O conceito de "luzes mitigadas" se encontra na tese de doutorado da Prof.a Lúcia Bastos P. das Neves. *Pés de cabra, pés de chumbo. As animosidades entre portugueses e brasileiros na época da independência*. Tese de Doutorado apresentada à USP em 1992. (mimeo.).
- 11 Maria J. Werebe op. cit.
- 12 Fragmento da constituição brasileira de 1824. Op. Cit.
- 13 Ilmar de Mattos. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro, Hucitec, 1986. p. 200.
- 14 Ilmar de Mattos. op. cit. p.201.
- 15 Ilmar de Mattos. op. cit. P.203.
- 16 José do Nascimento Brito. *História da Escola Nacional de Engenharia*. Revista do Clube de engenharia, Rio de Janeiro, Set. 1962. p. 307.

- 17 Pedro Carlos da Silva Telles. *História da Engenharia no Brasil. Séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro, Clavero, 1994. p. 106.
- 18 Nascimento Britto. op. cit. p. 308.
- 19 Pedro Telles, op. cit. p. 110.
- 20 Pedro Telles, op. cit. p. 467.
- 21 Pedro Telles, op. cit. p. 473.
- 22 Margarida Neves. *As vitrines do progresso*. Relatório de pesquisa apresentado à Finep, Rio de Janeiro, 1986. p. 18.
- 23 Jaime L. Benchimol. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 142.